

O presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros, na ilha do Fogo, defende que deveria ter uma experiência piloto da regionalização, iniciando-se em São Vicente e depois, se resultar, alargá-la para as outras ilhas de Cabo Verde. Carlos Fernandinho Teixeira entende que «o caminho mais assertivo e mais democrático é que haja um referendo a nível nacional para ver se o povo cabo-verdiano quer uma regionalização e que regionalização podemos ter para o país».

O Edil das terras do café e de talaia baxu falava à imprensa no final da VI Reunião Ordinária do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), onde a regionalização foi alvo de algum debate.

O autarca tamabarina citado pela Inforpress sugere que pode-se iniciar uma regionalização a partir de São Vicente e de Santo Antão, para depois, se resultar, alargar o processo a nível do país.

Porque, “se formos para um referendo que é um acto constitucional estou certo que haverá uma situação complicada para o país em termos de regionalização. Daí, o caminho mais assertivo e mais democrático é que haja um referendo a nível nacional para ver se o povo cabo-verdiano quer uma regionalização e que regionalização podemos ter para o país”, reforçou o edil dos Mosteiros.

Carlos Fernandinho Teixeira defendeu ainda, que além da regionalização deve-se pensar na inter-municipalidade como vector fundamental de desenvolvimento da região para depois pensar na fase seguinte, que é criar condições para as eleições a nível da região com vista a alavancar a economia de uma ilha, desenvolver o sector da água, energia, saneamento, habitação e criar um tecido empresarial forte e coeso em cada ilha do país, para que possa haver desenvolvimento.

Segundo este edil, já houve uma discussão a nível do parlamento, já se vê que o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) defendem a regionalização, o Movimento para a Democracia (MpD) apresentou a proposta da regionalização e agora é “preciso limar as arestas e convergi-las para ter uma regionalização no país e não passando a nível do parlamento. Entende que “não se deve arrepiar caminhos”, refere a Inforpress.